

**Morte Anunciada:
O jornalismo e a vulnerabilidade da juventude negra diante da violência¹**

Kelly Tatiane Martins QUIRINO²
Universidade de Brasília - UNB - Brasília, DF

RESUMO

O jornalismo pode ser um campo estratégico na superação da violência que acomete a juventude negra. Pesquisas apontam, desde a década de 70, que jovens, do sexo masculino, de 15 a 29 anos e negros estão mais expostos a morrerem vítimas de homicídio e acidentes. As perdas destas vidas podem custar ao Estado R\$ 79 bilhões em bens tangíveis como à saúde e mercado de trabalho e até intangíveis como problemas psicológicos gerados nas famílias por causa das mortes. Desta forma, o presente artigo trouxe dados sobre violência, os gastos com saúde pública e como a violência da juventude negra entra como valores-notícias tendo como estudo de caso os conceitos Juventude Viva e Maioridade Penal. Ao final, aborda-se o mito da democracia racial como estruturante da sociedade brasileira e impeditivo para os avanços da questão racial junto opinião pública e no jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, valores-notícias, violência, juventude negra

A juventude é uma parcela da população mais suscetível à mortalidade em decorrência da violência. Em pesquisa divulgada pelo IPEA em julho de 2013 intitulada “*Custo da Juventude Perdida no Brasil*” é constatado que a morte prematura de jovens devido à violência custa ao país cerca de R\$ 79 bilhões a cada ano, o que corresponde a cerca de 1,5% do PIB nacional.

Além do valor monetário, há perdas incomensuráveis com a morte destes jovens cujo perfil são homens, de 15 a 29 anos e as principais causas do óbito são homicídios, acidentes em geral e de trânsito. Em alguns estados da federação, como Alagoas, a taxa de vitimização violenta de homens é de 456 por um grupo de 100 mil indivíduos. As crianças do sexo masculino que nascem neste estado tem uma expectativa de vida diminuída em 2 anos e 7 meses devido à violência.

A morte de jovens cresceu muito no Brasil nos últimos 30 anos. O Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos, divulgou no Mapa da Violência 2012 – os novos padrões da

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Curso de Comunicação da Universidade de Brasília - FAC -UNB, Mestre em Comunicação Midiática pela UNESP, campus Bauru – SP, Jornalista Diplomada e Tutora do curso de especialização Políticas Públicas de Gênero e Raça da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE-UNB. Email: kely_tatiane@yahoo.com.br

violência homicida no Brasil, o qual apontou que em 1980, as mortes de jovens por causas externas eram 52,9% do total das mortes deste grupo no país. Em 2010, 72,3% das mortes de jovens foram por causas externas³, totalizando $\frac{3}{4}$ das mortes desta faixa etária.

No Brasil, o homicídio é a principal causa das mortes entre os jovens. Só em 2010 foram 38,6% de todas as mortes neste segmento populacional. A principal faixa etária compreende de 15 a 29 anos; os homens são mais vitimizados em relação às mulheres, e os jovens negros morrem mais do que os brancos.

Além da questão de gênero, a violência no Brasil também tem um componente racial, jovens negros morrem mais do que jovens brancos. Dados de 2010 apontam que houve um aumento de 139% a mais de rapazes negros que morreram comparado aos jovens brancos.

Cerqueira e Moura (2013) afirmam que os jovens pardos são as maiores vítimas de homicídio e os jovens brancos morrem em decorrência de acidente de trânsito:

Os jovens de cor parda são as maiores vítimas de homicídios, de mortes violentas com causa indeterminada e de acidentes fatais (Se levarmos em conta os resultados de Cerqueira (2012), que demonstraram que significativa parcela das mortes violentas indeterminadas trata-se, na verdade, de homicídios não classificados como tais, isto implica em dizer que jovens pardos são a esmagadora maioria das vítimas de agressões letais. Por outro lado, os jovens brancos são os mais vitimados por acidentes de trânsito e por suicídios. ⁴(Cerqueira e Moura, 2013)

No que tange a questão racial, em 2004 o Mapa da Violência já apontava uma maior vitimização dos jovens negros, principalmente em mortes causadas por homicídio.

Além de trazer à tona importantes dados sobre mortes juvenis em acidentes de transporte, homicídios e suicídios, o presente estudo destaca que os homicídios vitimam principalmente a população de sexo masculino (em torno de 93% das vítimas são homens) e de raça negra que tem vitimização 65% superior à população (total) e 74% superior entre os jovens. (Waiselfisz, 2004, p.7)

O Mapa da Violência 2012 – os novos padrões da violência homicida no Brasil destaca que no período de 2002 a 2010, houve uma queda de 20,6% para 15% de

³ Segundo o Mapa da Violência 2012 entende-se como morte por causas externas acidentes de transporte, por homicídios ou agressões fatais e por suicídios

⁴ Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130712_custo_da juventude_perdida_no_brasil.pdf

homicídios em cada 100 mil brancos. Entre os negros, houve um aumento de 30% para 35,9% em cada 100 mil negros.

Porém quando se desagrega os dados⁵ por período, os resultados são mais impressionantes:

- Em 2002, o índice nacional de vitimização negra foi de 45,8. Isto é, nesse ano, no país, morreram proporcionalmente 45,8% mais negros do que brancos;
- Em 2006, o índice salta para 82,7% de negros que morrem proporcionalmente a mais que os brancos;
- Já em 2010, um novo patamar preocupante: morrem proporcionalmente 139% mais negros que brancos, isto é, bem acima do dobro!

Desde 1979, a Unesco, junto com Instituto Ayrton Senna e o Ministério da Justiça, mapeiam as causas de óbito na juventude brasileira e no final da década de 70, os dados sobre a mortalidade dos jovens negros eram superiores comparado ao segmento branco .

O relatório do Mapa da Violência em 2004 já sugeria que os meios de comunicação poderiam exercer uma influência positiva junto à opinião pública para a mudança deste quadro.

Sem dúvida, os meios de comunicação possuem um papel estratégico na superação dessa problemática. A televisão, o rádio e a imprensa escrita ocupam um lugar fundamental na disseminação de conhecimentos sobre o tema da violência juvenil e a divulgação de experiências inovadoras de prevenção existentes no Brasil. A mídia tem a capacidade de despertar a discussão pública sobre o tema, bem como divulgar informações para que a sociedade observe os princípios dos direitos humanos e as várias recomendações internacionais sobre o assunto. (Waiselfisz, 2004, p.8)

Todavia tanto a imprensa e o poder público ainda não conseguiram reverter este quadro, principalmente entre os jovens negros. As estatísticas comprovam que a cada ano, mais jovens negros morrem em decorrência da violência. É provável que o discurso jornalístico não vincule questões históricas raciais do nosso país com a violência que a população negra em geral sofre, e que neste caso, vitimiza mais os jovens negros⁶.

⁵ Dados extraídos de Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo, 2012

⁶ Aqui cabe ressaltar a fala de Orlandi (2009) como uma hipótese dos motivos que as relações raciais não entra no discurso jornalístico. “Todo dizer (e não dizer) é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos (...) o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. (Orlandi, 2009, p.38)

Além de uma questão social e racial, também é uma questão de saúde pública

A vitimização dos jovens em decorrência da violência gera um custo social para o Estado e a Sociedade. O trabalho de Cerqueira e Moura (2013) teve o propósito de ir além das perdas de dor, sofrimento e desestruturação familiar (que já costumam ser tratadas como valores-notícia⁷ de forma sensacionalista pelo jornalismo) e mensurar o custo econômico que a morte prematura dos jovens gera para o país.

Os pesquisadores quantificaram a perda de expectativa de vida ao nascer, para homens e mulheres residentes em cada unidade federativa, devido a cada tipo de violência, entre os quais homicídios, suicídios, acidentes de transporte e outras violências.

Tabela 1 – Taxa de Vitimização da Juventude e Custo Social da Violência Juvenil (SMWP), em 2010, por UF

UF's	SMWP Anual (R\$ bilhões)	SMWP anual (% PIB Estadual)
SP	14,9	1,0
RJ	8,8	1,9
PR	6,4	2,5
MG	6,4	1,6
BA	5,4	3,0
RS	3,8	1,3
GO	3,5	3,1
PE	3,5	3,2
PA	3,2	3,5
DF	2,8	1,6
CE	2,6	2,9
ES	2,6	2,7
SC	2,4	1,3
AL	1,7	6,0
MT	1,6	2,4
MA	1,3	2,6
AM	1,3	1,9
MS	1,3	2,5
PB	1,2	3,3

⁷ Wolf afirma que noticiabilidade e “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e os tipos de acontecimentos”. Os valores-notícias são componentes dessa noticiabilidade, pois é por meio desse conceito (valor-notícia) que ocorrerá a seleção dos fatos ocorridos no cotidiano que são relevantes para se tornar notícia. Assim “os valores-notícias são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redacionais”. (WOLF, 1985, p. 86)

RN	0,9	2,4
RO	0,7	2,7
SE	0,7	2,6
PI	0,6	2,4
TO	0,6	2,8
AP	0,4	3,9
RR	0,2	2,9
AC	0,2	2,1
Total	79	1,5

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Censos Populacionais do IBGE. Elaboração DIEST/IPEA. Taxa por 100.000 jovens. Os valores foram atualizados a preços de janeiro de 2013. SMWP significa a MWP da sociedade, ou seja o custo de bem-estar social da violência.

O Estado de Alagoas possui a maior taxa de mortes de jovens e tem um custo de bem estar social com a violência juvenil de 6% do PIB estadual. No que tange a saúde pública, os gastos também são significativos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002) um acidente ou ato de violência pode gerar 200 causas de lesões não mortais no indivíduo. As vítimas de trauma, geralmente, são 20% do total de pacientes internados, porém utilizam 80% do total dos recursos da rede pública em alguns estados do país. Luiz Mir (2005) tendo como base dados de 2002, já indicava que o governo federal gastava naquele período um montante R\$ 11 bilhões com pacientes vítimas da violência. Deste total, 5,9 bilhões são destinados aos acidentados no trânsito brasileiro.

No artigo “O custo da violência urbana para a saúde⁸”, Luiz Mir faz um levantamento de custo de atendimento médico por gravidade. Segundo Mir:

Para os casos moderados, o custo médio foi de R\$ 12.508,66, com mínimo de R\$ 3.179,80 e máximo de R\$ 28.820,22. Para os casos graves, o custo médio foi de R\$ 74.523,58, com mínimo de R\$ 8.005,63 e máximo de R\$ 238.480,81. Para os casos “óbitos-internação”, o custo médio foi de R\$ 66.792,38, com mínimo de R\$ 6.919,06 e máximo de R\$ 157.359,32. (Mir, 2005)

Estes dados podem ser relacionados a uma situação de guerra civil onde o Estado Brasileiro dispende anualmente R\$ 11 bilhões. Além disto, e infelizmente, muitos destes pacientes vêm a óbito corroborando com os dados do Mapa da Violência anualmente.

É interessante observar que os R\$ 79 bilhões de custo do bem estar social não é um valor efetivamente gasto pelo Estado, mas é uma percepção da sociedade de quanto o país

⁸ Disponível em <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=197>

perde financeiramente com o alto índice de mortalidade dos jovens. Já os R\$ 11 bilhões (com base nos dados de 2002) são um montante da verba do governo que vai para a saúde pública, que poderia ser utilizado em infraestrutura, pesquisas médicas, medicina preventiva e são gastos para atender jovens vítimas da violência urbana.

Esta temática é muito importante para a sociedade em geral e poderia ser melhor apropriada pelo jornalismo. Há uma tendência, principalmente no telejornalismo, de abordar a questão da violência. Porém, o enquadramento dado à veiculação das notícias sobre violência tende mais a uma espetacularização do que um enfoque mais sério do que isto realmente gera para o Estado e a Sociedade.

Outra característica também é a questão do valor notícia. Há uma tendência dentro do jornalismo de algumas pautas terem mais visibilidade em detrimento de outras. No jornalismo factual, o Mapa da Violência é divulgado anualmente, pesquisas sobre violência realizadas pelo IPEA, pelo IBGE, Dieese também são publicados nos principais jornais brasileiros. Porém, há uma percepção de que há uma lacuna no tratamento opinativo destas demandas.

Até o momento foi possível perceber que há um grande problema envolvendo os jovens negros, mais expostos à violência e com os gastos na saúde pública feitos pelo Estado em decorrência desta problemática social. Quando se analisa esta temática dentro do campo jornalístico percebe-se uma invisibilidade sobre o assunto.

Quirino (2010) na dissertação de mestrado intitulada *A invisibilidade negra: o (des) encontro do jornalismo com a saúde pública nas doenças de recorte étnico-racial e vulnerabilidade que acometem a população afrodescendente* já apontava a deficiência na veiculação sobre saúde da população negra no jornalismo impresso.

Durante o desenvolvimento da dissertação, Quirino (2010) coletou 478 jornais, sendo 242 edições da *Folha de S. Paulo* e 236 edições do *Jornal da Cidade*⁹. Dos 478 jornais analisados em apenas *dez edições* divulgou-se reportagens sobre a temática. Talvez, esta mesma relação pode ser estabelecida quando o assunto é violência e juventude negra.

Como forma de avaliar minimamente o que entra como valor-notícia quando se discute violência e juventude negra, pensou-se em verificar como dois conceitos relacionados ao assunto são abordados pelo jornalismo: maioria penal e juventude viva.

⁹ Periódico da cidade de Bauru, cidade a 330 km de São Paulo.

A maioria penal e programa juventude viva como valores-notícias

A juventude negra convive com dois grandes problemas sociais: o alto índice de mortes deste segmento e, por outro lado, os crimes hediondos cometidos por este grupo. Como já foi dito neste artigo, por meio de várias pesquisas, os jovens negros morrem mais do que os brancos e, em sua maioria, são vítimas de assassinato.

Porém, há também a violência exercida pelo jovem negro. A pauta sobre a violência sofrida pela juventude negra é pouco discutida no jornalismo. Entretanto, a violência protagonizada por estes garotos é exaustivamente midiaticizada.

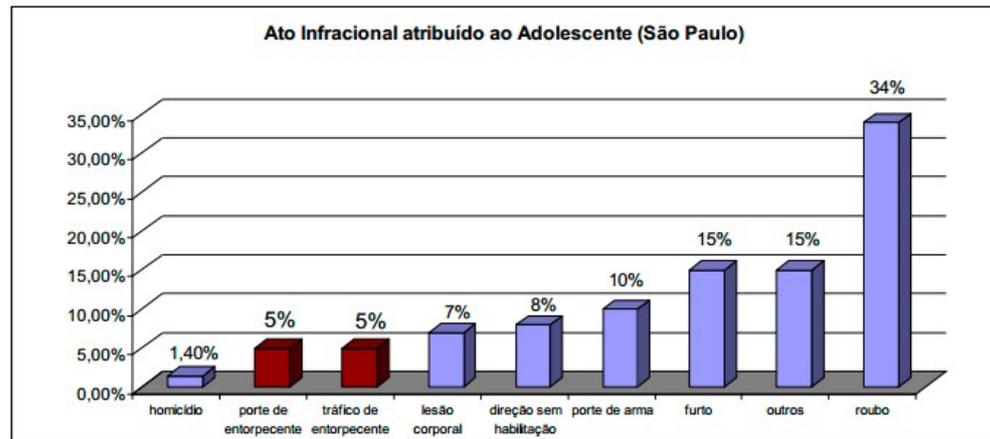
Inúmeras pesquisas apontam o elevado índice de representação dos negros no sistema carcerário, desde os sistemas de reabilitação juvenil as famosas cadeias para adultos, porém, outros dados apontam que só 2% dos jovens infratores cometem crimes hediondos. Entretanto, como valores notícias e agendamento¹⁰ realizado pelos jornais, só os crimes hediondos entram na pauta. Isto recrudesce o debate sobre o aumento da maioria penal como uma forma de coibir estes crimes efetuados por menos de 2% dos jovens. Segundo relatório da Unicef de 2007 os homicídios são crimes de exceção cometidos por jovens.

Dos crimes praticados por adolescentes, utilizando informações de um levantamento realizado pelo ILANUD [*Instituto Latino-Americano* das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente] na capital de São Paulo durante os anos de 2000 a 2001, com 2.100 adolescentes acusados da autoria de atos infracionais, observa-se que a maioria se caracteriza como crimes contra o patrimônio. Furtos, roubos e porte de arma totalizam 58,7% das acusações. Já o homicídio não chegou a representar nem 2% dos atos imputados aos adolescentes, o equivalente a 1,4 % dos casos.¹¹

Graficamente é possível verificar estes dados:

¹⁰ O termo agendamento é proveniente do inglês Agenda Setting. Esta teoria se insere na tradição funcionalista dos estudos norte-americanos em comunicação, que tem como ponto nodal a análise e detecção das funções e dos efeitos causados pelos meios de comunicação sobre a audiência, tradição que é designada por alguns autores como mass communication research (WOLF, 1985)

¹¹ Extraído da Reportagem de Vinicius Bocato, Razões para não reduzir a maioria penal, publicado na Revista Fórum link <http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>. Acessado em 15/05/2013



Fonte: ILANUD

A grande imprensa não debate o baixo índice de homicídios cometidos pelos jovens e também não discute os dados da maior probabilidade de um jovem negro morrer por conta da violência. Sobre estas duas temáticas fez-se uma pesquisa preliminar no site de busca Google. O objetivo era verificar por meio das palavras chaves – juventude viva – e – maioridade penal – quais vinham relacionadas como notícia dentro dos veículos de comunicação.

O termo juventude viva faz referência ao programa do governo federal¹² que tem como objetivo reduzir a alta mortalidade dos jovens negros. A ação foi lançada em dezembro de 2012 e começou no estado de Alagoas, que como dito anteriormente neste artigo, é a unidade da federação com o maior índice de mortes de jovens, inclusive negros.

Dos 100 primeiros links que apareceram como resultado em apenas 8 o termo juventude viva está relacionada como notícia em portais de comunicação midiáticos. Os links estão relacionados a portais do governo federal, instituições não governamentais, partidos políticos e blogs de opinião.

¹² O programa Juventude Viva foi lançado em dezembro de 2012 pelo governo federal. O foco são os jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, que vivem nas periferias dos centros urbanos. Além disto, rapazes em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas também são público do Juventude Viva. O plano prioriza 132 municípios brasileiros, distribuídos em 26 estados e no Distrito Federal, que em 2010 concentravam 70% dos homicídios contra jovens negros. A relação inclui as capitais de todos os estados brasileiros. Na primeira fase de implementação, as ações estão voltadas aos jovens de quatro municípios de Alagoas: Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Mais informações no site <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/>

Já o termo maioria penal¹³ aparece como valor notícia em 65 links do total de 100. Fica evidente que a maioria penal entra como valor notícia no jornalismo brasileiro em detrimento a campanha juventude viva.

Ao fazer esta breve pesquisa verificou-se que a primeira não entra como valor notícia no jornalismo e a segunda entra imediatamente. Quais são os motivos? Se for analisar as categorias por critérios de noticiabilidade Wolf (1985) classifica os tipos de interesse para um assunto ser noticiável:

- **Categorias substantivas:** importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional, interesse humano, feitos excepcionais.
- **Categorias relativas ao produto:** brevidade (dentro dos limites do jornal), atualidade, novidade, organização interna da empresa, qualidade (ritmo, ação dramática), equilíbrio (diversificação de assuntos).
- **Categorias relativas ao meio de informação:** acessibilidade à fonte/local, formatação prévia de manuais, política editorial.
- **Categorias relativas ao público:** plena identificação de personagens, serviço/interesse público, protetividade (evitar divulgar suicídios, etc).
- **Categorias relativas à concorrência:** exclusividade ou furo, gerar expectativas, modelos referenciais.

Tanto o assunto juventude viva quanto maioria penal podem ser analisados dentro das categorias substantivas porque são dimensões de interesse nacional e interesse humano. A maioria penal entra como valor notícia dentro dos jornais porque possui estas características. O programa juventude viva e os seus desdobramentos não entram como valores notícias mesmo tendo as mesmas características de a maioria penal.

A maioria penal é exaustivamente noticiada nos meios de comunicação. Como o jornalismo não consegue contextualizar esta temática, como foi apontado por Silva (2012) informações sobre o número de jovens que cometem crimes hediondos, como se dá a

¹³ A responsabilidade penal, ou seja, o dever jurídico de ser penalizado por cometer um delito ocorre no Brasil aos 12 anos e a maioria penal aos 18, segundo o artigo 228 da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 27 do Código Penal e pelos artigos 102 e 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei nº 8069/90. Os crimes praticados por menores de 18 anos são considerados atos infracionais e os jovens cumprem medidas socioeducativas. A polêmica que divide a sociedade é que a maioria penal deve ser diminuída para 16 anos.

legislação internacional sobre jovens infratores, gastos com saúde pública, medidas socioeducativas, custo para o Estado e o próprio sistema carcerário são debatidos de forma superficial e sem profundidade. Isto gera como resposta da população o maniqueísmo: ser contra ou a favor da maioria penal.

O programa juventude viva pretende diminuir a morte de 33 mil jovens negros que são assassinados no Brasil anualmente. É uma política pública que quer melhorar as condições socioeconômicas destes jovens garantindo os direitos constitucionais: acesso à saúde, educação, moradia, lazer, trabalho e dignidade humana.

Estas duas temáticas possuem várias relações porque tratam de jovens, violência, vulnerabilidade social e também de racismo. Os jovens que cometem o delito e que são assassinados, em sua maioria, são negros. Porém, o mito da democracia racial que também está no imaginário dos profissionais do jornalismo no Brasil não consegue estabelecer esta relação. É este mito que impede que se discuta como o racismo é estrutural na sociedade brasileira e que também é mais um elemento diferenciador assim como classe, gênero e idade.

Ao não abordar o racismo, o jornalismo se exime de debater junto à opinião pública as implicações que o mito de democracia racial gera no que tange a violência. Um exemplo claro é o discurso muito utilizado pelo senso comum de que não é possível identificar quem é branco ou negro no Brasil. E sabe o que um jovem que mora na periferia irá responder: pergunte ao policial que ele saberá!

Todo estereótipo que o jovem negro carrega é histórico. Aos negros foi dado um lugar social desfavorecido para a manutenção do status quo da elite brasileira. Este lugar é pobre, feio e desprovido de bens materiais. Então, no Brasil a questão social e racial estão imbricados, mas são insuficientes para se tornar valores-notícia dentro do jornalismo.

O mito da democracia racial como estruturador da sociedade brasileira

A questão racial é uma temática ainda não resolvida na sociedade brasileira. Há no imaginário brasileiro o mito (por meio do discurso), criado por Gilberto Freire em *Casa Grande & Senzala*, de que o Brasil é uma democracia racial.

Clóvis Moura (1988) vai afirmar que este processo inicial repleto de estereótipos e preconceitos, porém, alicerçados pela ciência, irá penetrar no subconsciente do brasileiro médio, residindo aí o início de uma democracia racial no imaginário nacional.

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. Queremos dizer, com isto, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade do capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro. (Moura, 1988, p. 17)

Estes mecanismos discriminatórios são construídos a partir do século XVIII com as teorias iluministas e são aperfeiçoadas no século XIX com as teorias de darwinismo social e a eugenia criando a distinção entre raças, uma superior e outra inferior. Segundo Santos (2002):

Foi com a evolução do darwinismo e sua aplicação no mundo antropológico-social que a questão da raça ganhou um enfoque mais radical. Baseados nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam numa raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas e menos sábia, desenvolvendo portanto a eugenia. (Santos, 2002, p. 51)

Será por meio da ciência que os europeus no século XIX vão desenvolver o racismo para atestar que são superiores a outras raças. Santos (2002, p. 53) segue dizendo que “ao que tudo indica o racismo foi inaugurado no século XIX, mas seus fundamentos no século XVIII. No século XIX a teoria da distinção racial pautada na biologia, fortalecida, deu o estatuto final à teoria de que a natureza forja alguns indivíduos ao comando e outros a obediência”.

É no século XIX que serão criados os “mecanismos discriminadores” apontados por Moura e que vai suceder na “biografia de cada negro”. A violência simbólica e material criada ao redor do negro brasileiro naquele período foi justificada devido a manutenção de um status quo da elite brasileira. Santos (2002, p. 120) afirma que “os cidadãos brancos pretendiam de maneira racional e planejada, adequar o negro a um lugar que não gerasse incômodos à ordem vigente”.

Esta questão racial entre brancos e negros brasileiros será resolvida por Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala*. O grande mérito de Freyre é se afastar da questão biológica e estudar as relações raciais por meio da cultura. Dessa forma, “o ponto de equilíbrio da sociedade brasileira passaria a ser o mestiço e o caráter miscigenado da nossa população (...) O Brasil é o solo propício para uma sociedade mais democrática em termos raciais, visto ser fundada na mestiçagem” (Santos, 2002, 150).

A democracia racial e a mestiçagem serão fatores fundamentais para se entender a formação do povo brasileiro. E este discurso foi incorporado para justificar que não existe racismo no Brasil. Dessa forma, mantém-se no imaginário do povo brasileiro o mito da democracia racial e que tal temática é um problema social. Motta (2002) vai afirmar que o conceito de imaginário vai além dos aspectos míticos e ficcionais em que o termo é comumente empregado. Para o pesquisador:

O entendimento do imaginário como uma categoria com essa amplitude ajuda-nos na compreensão do pensamento de uma determinada formação social porque assim concebido, o imaginário transforma-se numa categoria analítica que engloba tanto a contraditória história das representações das relações sociais concretas assim como das complexas manifestações simbólicas de um povo – a complexa potência dramática e poética de cada sociedade. Queremos com isso dizer que o imaginário de um povo abarca tanto as representações e práticas ideológicas que são parte de confrontos sociais objetivos entre os diversos segmentos e classes sociais num determinado contexto histórico como as alegorias, metáforas e práticas que expressam os sentimentos individuais ou coletivos mais profundos e inconscientes. (Motta, 2002, p. 105)

Partindo do pressuposto de que o imaginário contempla as representações das relações sociais concretas, assim como das complexas manifestações simbólicas, no que tange ao imaginário sobre a população negra, historicamente, esta parte da população foi marginalizada no processo de construção econômica do país.

Diante do supracitado, o mito da democracia racial, como imaginário, é reafirmado na narrativa jornalística e como consequência, a opinião pública não admite que existe racismo no Brasil.

Considerações Finais

Este paper é parte da pesquisa de doutorado *Jornalismo, Juventude Negra e Violência – O discurso telejornalístico sobre a violência e o mito da democracia racial*. A

hipótese é que o jornalismo ratifica o mito da democracia racial junto à opinião pública, mantendo o *status quo* de que o problema da violência do/sobre o jovem é uma questão social e não racial.

Neste artigo foram apresentados os dados recentes da pesquisa IPEA “*Custo da Juventude Perdida no Brasil*”, de Cerqueira e Moura (2013) onde aponta que o Brasil pode gastar até R\$ 79 bilhões com a vitimização dos jovens pela violência. Os autores apontam que os jovens negros são as maiores vítimas de homicídio, dado este que aparece em pesquisas desse o final da década de 70.

Também foi apontado que há um gasto de R\$ 11 bilhões com a saúde pública para recuperar os pacientes com traumas decorrentes da violência urbana. É uma quantia muito grande para um problema social que é comparado a guerra civil e, no que tange a morte da juventude negra, não há reversão dos dados estatísticos.

Até como forma de refletir porque houve um decréscimo no número de mortes dos jovens brancos (até porque este segmento morre mais em decorrência de acidentes de carro)¹⁴, e houve um aumento da morte dos jovens negros, este artigo trouxe elementos dos critérios de noticiabilidade para entender como o programa do governo federal Juventude Viva e a questão da Maioridade Penal são construídos como notícia dentro do jornalismo.

Há uma tendência do jornalismo e da própria sociedade de estigmatizar o jovem negro. Muitos destes estereótipos advêm do pensamento iluminista do século XVIII e das teorias sobre eugenia e darwinismo social no século XIX. Somado a isto, o conceito de democracia racial no século XX vai mascarar que há problemas raciais no Brasil.

É dentro deste contexto e tendo como problemática a violência do e sobre os jovens negros, procurar-se-á entender como estes mecanismos são operados pelo jornalismo, no momento da construção da notícia.

Pretende-se fazer estas análises nos telejornais, principalmente o *Cidade Alerta* e o *Brasil Urgente* porque costumam trabalhar com a editoria de cidades, cotidiano, e a questão da violência é sistematicamente veiculada. A pesquisa sobre esta temática ainda está no início, porém, já é possível afirmar que o jornalismo é mais um campo de manutenção da violência sobre o jovem negro reforçando o estigma e estereótipo sobre este mesmo jovem. Desta forma, o endurecimento na legislação de trânsito e campanhas contra a ingestão de álcool no trânsito se tornam notícias e modificam o comportamento da opinião pública,

¹⁴ A criação de legislação mais severa no trânsito brasileiro, como a criação da lei seca, colaborou na redução de acidentes e consequentes mortes de jovens brancos na faixa etária de 18 a 25 anos.

resultando no decréscimo de morte de jovens brancos. Porém o programa Juventude Viva não entra como valor-notícia e fica muito difícil convencer a opinião pública sobre a vulnerabilidade da juventude negra perante a violência.

Além da análise qualitativa e quantitativa dos telejornais, durante a pesquisa deste projeto, almeja-se fazer um trabalho etnográfico com os jovens negros, na faixa etária de 15 a 29 anos para captar, por meio do olhar deles, como eles se vêm representados como notícias pelos telejornais. Há hipótese de que os jovens negros, que conseguem escapar das estatísticas da violência, passam por outro processo de mediação que fortalece a identidade e os auxilia procurar outras perspectivas na vida¹⁵.

REFERÊNCIAS

- CASHMORE, Ellis. Dicionário das relações étnicas e raciais. Trad. Dinah Kleve – São Paulo: Summus, 2000.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed. São P
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006
- HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003
- _____. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro
- Motta, Luiz Gonzaga. O imaginário: em busca de uma síntese entre o ideológico e o simbólico na análise da dinâmica sociocultural latino-americana. Publicado na Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Vol VI, nº 3, Sep/Dic. 2002.
- Moura, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988
- MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.
- ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.
- RAMALHO, José Ricardo. Mundo do crime: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. Telejornalismo no Brasil; um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.
- RIBERIO, Darcy. O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade do negro. São Paulo: Educa/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SODRÉ, Muniz. O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1ª ed. 1977.

¹⁵ Barbeiro (2009) aponta que as classes populares urbanas vão ter que procurar alternativas para sobreviver em um espaço que o poder político não age e que não há representação social. “ A maneira e os métodos como as coletividades sem poder político e representação social *assimilam as ofertas a seu alcance (...) convertendo as carências em técnica identifi catória* As classes subalternas, assumem, porque não lhes resta alternativa, uma indústria vulgar e pedestre, e certamente a transforma em auto complacência e degradação, mas também em identidade regozijante e combativa.

_____. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. A invisibilidade negra: o (des) encontro do jornalismo com a saúde pública nas doenças de recorte étnico-racial e vulnerabilidade que acometem a população afrodescendente. Bauru, 2010.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2 ed, v.1, 2005.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2 ed, v.2, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo, 2012

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1985.